

Deputadas e entidades civis criticam projeto que extingue cota de candidaturas femininas

Autora do projeto diz que o que está efetivamente em discussão não é o fim da cota

[\(Portal da Câmara dos Deputados, 28/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Parlamentares de diferentes partidos, além de diversas organizações da sociedade civil, se manifestaram contrariamente ao projeto de lei em discussão na Câmara dos Deputados (PL [2996/19](#)) que acaba com a obrigação de que cada partido ou coligação reserve 30% de candidaturas femininas, contida na atual Lei Eleitoral (Lei 9.504/97).

Em debate promovido pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher nesta quarta-feira (28), entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos se manifestaram contra a proposta, que aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para a ex-ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Luciana Lóssio, a Câmara deveria estar discutindo, na verdade, medidas para garantir a paridade de gênero no Parlamento, a exemplo da Argentina, que promove esse debate neste momento, ou da Bolívia, que já tem garantida cota de 50% das cadeiras para mulheres e tem 52% de mulheres no Parlamento. Enquanto isso, segundo a ex-ministra do TSE, o Brasil tem a pior representação feminina na política da América Latina.

Ela considera um “retrocesso” a proposta que extingue a cota de candidaturas, em um momento de crescimento da bancada feminina na Câmara, que aumentou de 10% para 15% dos deputados nesta legislatura, em relação à anterior. Luciana atribui esse salto à decisão do TSE, em 2018, que garantiu a aplicação de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Especial

de Financiamento de Campanha às candidaturas femininas nas últimas eleições.

Projeto em discussão

Autora da proposta, a deputada [Renata Abreu \(PODE-SP\)](#) reclama que não foi convidada para o evento. A parlamentar diz que o texto que está efetivamente em discussão é o PL 4130/19, que foi apresentado posteriormente por ela, apensadoao PL 2996/19, e que não acaba com a cota de 30% de candidaturas femininas.

O PL 4130/19 diz que, se os partidos não preencherem a cota, deverão deixar a vaga vazia. “Assim, se os partidos não preencherem, não precisarão tirar um homem”, explica.

Segundo ela, o PL 4130/19 garante o mínimo de 30% de recurso do fundo de financiamento para as mulheres. “Além disso, o voto na mulher contará em dobro para cálculo do fundo partidário”, acrescenta. “Ou seja, os partidos vão ter muito mais incentivo em investir nas mulheres”, avaliou. O texto fixa que, para cálculo da divisão do fundo, serão consideradas as candidaturas registradas nas eleições proporcionais (Legislativo) e majoritárias (Executivo e Senado), incluindo vices e suplentes.

Divisão da bancada

Renata Abreu garante que metade da bancada feminina é favorável a essa proposta, que teria amplo apoio dos partidos na Casa.

Coordenadora da [Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher](#), a deputada [Celina Leão \(PP-DF\)](#) defende a obrigatoriedade da cota de candidatas mulheres e garante que não há uma divisão da bancada feminina sobre o tema.

“Não há uma divisão. A maioria das mulheres está unificada nessa tentativa de não retroceder”, disse. “Existem algumas divergências, uma minoria de mulheres que entende que não precisaria dessas cotas”, completou. “Mas o problema é que não estamos mexendo apenas no direito das deputadas que estão aqui no Parlamento, nós estamos mexendo no direito de todas as mulheres”, acrescentou.

Interesse partidário

Primeira secretária da Câmara, a deputada [Soraya Santos \(PL-RJ\)](#) acredita que algumas integrantes da bancada feminina vem priorizando a defesa dos interesses partidários em detrimento da defesa de mais igualdade entre homens e mulheres. Na visão da deputada, os partidos têm que investir mais na capacitação das mulheres na política em vez de se posicionar contra as cotas.

Soraya Santos destacou que “quanto mais mulheres na política, mais pautas voltadas para a defesa dos direitos humanos”. Segundo ela, a bancada feminina vem se unindo, por exemplo, para defender os direitos dos idosos e das pessoas com necessidades especiais e as pautas relativas à educação.

Jenny Lenning, ministra conselheira da Suécia, também compareceu ao debate e afirmou que os pilares para uma sociedade igualitária entre homens e mulheres incluem direitos, representação e recursos. O país tem um governo autointitulado feminista e é um dos Paramentos mais igualitários do mundo em termos de gênero.

Por Lara Haje

Projetos para combater violência crescem mais de 50% em assembleias legislativas

Número de propostas apresentadas no primeiro semestre para combater a violência em 11 estados e no Distrito Federal é 53,6% maior que o de discutidas em todo o ano de 2015

[\(O Globo, 22/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional começou a analisar o pacote anticrime enviado pelo ministro Sergio Moro, o interesse de deputados estaduais pela segurança pública cresceu no país. Levantamento feito pelo GLOBO aponta que o número de projetos apresentados no primeiro semestre para combater a violência em 11 estados e no Distrito Federal é 53,6% maior do que as propostas discutidas em todo o ano de 2015, primeiro ano da legislatura passada.

Os locais escolhidos são aqueles entre os piores índices de criminalidade em números absolutos, segundo o último Atlas da Violência. A quantidade de propostas sobre segurança saltou de 235, quatro anos atrás, para 361. O Rio de Janeiro aparece como o estado campeão de projetos apresentados — foram 97 nos primeiros seis meses do ano contra 58 durante todo o ano de 2015.

INTERESSE EM ALTA

Projetos de lei focados em segurança pública registram salto na primeira metade do ano nas assembleias legislativas estaduais

UF	2015*	2019**	Variação
RJ	58	97	↑ 39
SP	28	55	↑ 27
MT	21	35	↑ 14
PR	21	34	↑ 13
RS	11	30	↑ 19
MG	48	27	↓ -21
DF	12	22	↑ 10
SC	8	19	↑ 11
BA	10	16	↑ 6
AM	10	15	↑ 5
CE	4	8	↑ 4
AL	4	3	↓ -1
TOTAL	235	361	↑ 126

*Ano inteiro **Seis primeiros meses Fonte: Assembleias

Legislativas Estaduais

Há ideias que tratam diretamente do combate ao crime, como a criação de regras para a utilização de drones em investigações ou a obrigatoriedade de equipamentos de reconhecimento facial em todas as praças de pedágio do estado. Também existem propostas que atendem a interesses das corporações, como a que exige uma unidade de saúde mental em cada batalhão e de um programa chamado “Segurança e saúde no trabalho dos agentes de segurança pública”. Algumas das ideias foram aprovadas no primeiro semestre no Rio, como a possibilidade de contratação de policiais civis aposentados para o quadro administrativo de delegacias.

Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) entre 2015 e 2018, a deputada Martha Rocha (PDT) credita o aumento à importância dada pelos eleitores às questões de segurança na última disputa.

— Mais do que nunca, a segurança foi um tema essencial para as eleições do ano passado. Como foi bastante decisiva, influencia diretamente no perfil dos projetos apresentados — diz a parlamentar.

Pelo Brasil, os deputados estaduais que assumiram seus cargos este ano têm mostrado preocupação com a violência dentro de escolas, propondo instalação de câmeras e detectores de metais para tentar evitar crimes como o massacre de Suzano, que terminou com dez mortos em março, depois que dois atiradores entraram num colégio público de São Paulo. Nos 11 estados analisados, há ao menos 52 proposições para aumentar a segurança dentro de colégios.

Entre os textos, há projetos de monitoramentos das salas de aula por câmeras de segurança, uso de detectores de metais nas instituições e instalação de fechaduras com sistema de abertura interna. Também há propostas para tornar obrigatória a presença de seguranças ou de policiais armados nos colégios.

O fato de a violência ser vista como um problema “real e concreto” pela maior parte das pessoas ajuda a explicar o aumento de propostas, segundo o

gerente do Instituto Sou da Paz, Felipe Angeli. Segundo ele, apesar da polarização político-ideológica, é consenso que a sociedade “vive uma situação crônica e insustentável no campo da segurança pública”. Ainda assim, diz ele, há outros fatores para justificar o crescimento.

— Há um fenômeno que é a participação cada vez maior de pessoas ligadas à segurança se candidatando a cargos eletivos, levando à formação de bancadas da bala. Esses candidatos policiais muitas vezes se associam a um discurso mais de endurecimento penal — afirma Angeli.

Violência contra a mulher

A cada dez propostas analisadas no levantamento, pelo menos três falam sobre segurança da mulher. Há, por exemplo, proposições que tentam facilitar a matrícula em escolas públicas de filhos de mulheres vítimas de violência doméstica ou que impedem condenados na Lei Maria da Penha de assumirem cargos públicos. Aparecem, em vários estados, projetos para instalar “botões do pânico” em ambientes públicos, a fim de permitir que mulheres alertem as autoridades quando se sentirem ameaçadas.

Para a deputada distrital e procuradora da mulher da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Júlia Lucy (Novo), a pauta nas assembleias regionais é um reflexo do elevado número da violência contra a mulher no Brasil. Houve um crescimento de cerca de 30% no número de mulheres assassinadas entre 2007 e 2017, de acordo com o último Atlas da Violência. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas no último ano analisado pela pesquisa, uma média de mais de 13 por dia.

— É um assunto que realmente machuca a sociedade, então fizemos um esforço concentrado para aprovar projetos voltados a essa linha — afirma Lucy.

O tema de armas, defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, quase não aparece nas assembleias e representa 4,7% das proposições sobre segurança pública. São Paulo é o estado com mais projetos de lei sobre o tema. Dois deles, ainda em tramitação, pedem a isenção de ICMS na compra de armas de fogo, munições e equipamentos por agentes de segurança.

Talíria Petrone: “O ataque a mulheres eleitas é um ataque à democracia”

Deputada ameaçada de morte aguarda desde abril por escolta no Rio de Janeiro; mulheres são maioria entre deputados ameaçados

[\(Agência Pública, 05/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“Legislatura atual conta com o “maior número de deputados com escolta”

“Estou cancelando agenda, estou limitando meu exercício parlamentar, isso é uma afronta muito grande”

“Por que mulheres na política provocam tanto ódio?”

“Não estamos falando de direita e esquerda, se trata de democracia ou barbárie”

Após alguns meses de tentativas de diálogo com o Governo do Rio de Janeiro, a deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ) tem ido a público pedir proteção. Escoltada em Brasília por agentes do Departamento de Polícia Legislativa (Depol), ela quer segurança também em seu estado de origem. A preocupação se deve a ameaças de morte que circulam na deep web, o submundo virtual, das quais foi informada em abril pelo próprio Depol, acionado, por sua vez, pela Polícia Federal do Rio.

No fim de abril o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), enviou ofício ao governador Wilson Witzel solicitando a medida pela primeira vez. Em nota à imprensa, o governo respondeu que se trata de “pleito na esfera Federal” e encaminhou a demanda à Superintendência da PF do Rio, que, até o fechamento da reportagem, não havia respondido nem ao governo, segundo

seu núcleo de imprensa, nem ao pedido da Pública por informações. Enquanto isso, a parlamentar se sente vulnerável: “fui eleita para exercer meu mandato plenamente e hoje isso não tem sido possível.”

Talíria faz parte de um grupo de pelo menos seis deputados que contam com escolta da Polícia Legislativa devido a ameaças - a Pública tentou confirmar oficialmente o número, mas a Câmara declarou que qualquer informação sobre o assunto é sigilosa “em razão da própria natureza do serviço”. Entre os parlamentares ameaçados, estão dois de seus companheiros de partido, Marcelo Freixo e David Miranda, ambos do Rio de Janeiro - este passou a ser protegido mais recentemente, depois de receber e-mails com “ameaças de morte a ele e à família”, de acordo com sua assessoria. Miranda é casado com o jornalista Glenn Greenwald, fundador do site The Intercept Brasil, que tem publicado reportagens sobre trocas de mensagens entre o ministro da Justiça, Sérgio Moro - a época, juiz - e procuradores da força-tarefa da operação Lava Jato em Curitiba. Somam-se a eles Rodrigo Maia, por chefiar a Casa, e Eduardo Bolsonaro, graças a determinação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, que gerencia a segurança do presidente e sua família. Isso faz dessa a legislatura com o “maior número de deputados com escolta”, destacou Sérgio Sampaio, diretor-geral da Câmara, ao [jornal O Estado de S. Paulo](#).

O grupo de deputados escoltados não é formado apenas por parlamentares de esquerda: metade dele vem do PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro. Carla Zambelli (SP), a líder do governo na Câmara Joice Hasselmann (SP) e Alê Silva (MG) também circulam por Brasília com proteção do Depol. [Zambelli disse ao Estado](#) suspeitar que as ameaças contra ela e o filho tenham origem na deep web, e Hasselman denunciou pelas redes sociais, em novembro do ano passado, ter recebido por correio um pacote no qual havia uma cabeça de porco, uma peruca loira e um bilhete com a mensagem “puta judia, vai sofrer”. Já Silva afirma ter sido ameaçada de morte pelo ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, após denunciar às autoridades esquema de candidaturas laranja na própria legenda, supostamente comandado por Antônio.

Para Talíria, o fato de a maioria dos deputados ameaçados ser mulher não é

aleatório. “Há a construção de uma lógica patriarcal em nosso país que produz o entendimento de que nosso lugar não é na política e, se a ocuparmos, podemos ser vítimas de violência”. A deputada defende ainda que “o ataque a mulheres eleitas é um ataque à democracia, seja de qual espectro político for”.

[Clique aqui para ler a entrevista na íntegra](#)

Por Anna Beatriz Anjos

Mulheres na política: uma nova onda a caminho, por Inês Castilho

Surgem diversas iniciativas para pensar a subrepresentação nas próximas eleições: de cursos de formação a pesquisa sobre presença feminina em Prefeituras. Para especialistas, problema não é de gênero, mas da própria democracia

[\(Outras Palavras, 21/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A igualdade entrou em campo para vencer. A chuteira exibida pela nordestina [Marta Vieira da Silva](#), artilheira 10 da seleção brasileira de futebol com recorde absoluto em gols de Copas do Mundo - uma [chuteira](#) preta, com rosa e azul em partes iguais nas laterais e sem patrocínio - é só o sinal mais visível do florescimento da consciência e determinação das mulheres em assumir o protagonismo na condução de suas vidas e dos destinos do país.

Mas há outros. [Sementes](#), o filme, retrata o levante político de mulheres negras gerado pela execução de Marielle Franco em março de 2018, ainda

impune, [#QuemMandouMatarMarielle?](#), e acompanha a corrida eleitoral de seis candidatas no Rio de Janeiro aos cargos de deputada estadual e federal. Em São Paulo, um curso gratuito de formação política para 60 mulheres teve procura surpreendente e está bombando no estado. Já sabemos quem são e quais os maiores problemas das prefeitas brasileiras, cujo perfil acaba de ser traçado por um grupo de pesquisadoras do Rio de Janeiro. Um estudo em andamento mapeia as inovações políticas de mulheres em cargos eletivos no Brasil e outros cinco países da América Latina.

As mexicanas acabam de [conquistar](#) a paridade de gênero em todos os cargos públicos. No México, a paridade no Parlamento já era obrigatória e as deputadas são 48,6%. Já no Brasil fala-se, inclusive, em acabar com as [cotas para candidaturas femininas](#). Dos mais desiguais na América Latina e no mundo, o Brasil ocupa o 152º lugar em participação das mulheres em cargos eletivos federais dentre 172 países ranqueados pela IPU (Inter-Parliamentary Union). Negros e indígenas são ainda mais sub-representados. Somente 13,5% dos vereadores e 12% dos prefeitos são mulheres,.

Contudo, em 2018, 30 anos do nascimento da Constituição cidadã, elegemos 77 deputadas federais, maior número da história, ampliando de 11% a 15% a presença feminina no Congresso. O número de jovens, negras, pobres e LGBTs aumentou significativamente. Joênia Wapichana é a primeira deputada federal indígena, eleita por Roraima. Em São Paulo, Erica Malunguinho tornou-se a primeira deputada estadual transexual.

O trabalho solitário e sem pagamento de reprodução social, relegado quase exclusivamente às mulheres, é por certo uma das razões dessa sub-representação. Já empobrecidas por salários inferiores, [gastamos mais de 20 horas semanais](#) cuidando da casa e da família, duas vezes mais que nossos pares, socialmente liberados da obrigação de cuidar e liberados para dedicar-se à “verdadeira” política.

Como diz [Ada Colau](#), prefeita de Barcelona, na Espanha.

“Este é o século das cidades e das mulheres. O feminismo tem a ver com o municipalismo: propõe que as mudanças sejam produzidas na esfera da vida. O pessoal é político. A política patriarcal se ocupava da macropolítica e

ignorava toda a questão dos cuidados e da reprodução. A maior parte de nossas vidas permanecia invisibilizada e nas mãos das mulheres, porque os homens ficavam na política de verdade. Esse sistema está claramente em crise”.

A fala de Ada Colau, que recentemente reeleita, sugere que há muito jogo à frente. De fato, é planetária a luta das mulheres: uma revolução permanente e internacional.

Brasilianas

A virada ferve no caldeirão. O [Curso](#) de Formação de Mulheres na Política, criado na raça e sem financiamento por jovens gestoras de políticas públicas da USP, recebeu 700 inscrições para as 60 vagas oferecidas. Mulheres de 15 a 68 anos, filiadas a 15 diferentes partidos e não filiadas a partido nenhum, muitas negras e/ou LGBT's, de 40 municípios do estado de SP, com grande diversidade de interesses. Dentre elas há quem queria apoiar campanhas femininas em 2020; quem deseje adquirir formação; quem queira aprender mais sobre mulher e política em razão do ofício de advogada, professora, jornalista. Mulheres que pretendem candidatar-se, mulheres que já se candidataram, assessoras políticas que (ainda) não pensam em ser candidatas.

“Elegemos ano passado mulheres de variados perfis e queremos justamente mostrar isso no curso, que existem diferentes trajetórias, formas de atuação, e que mulheres podem ser elas mesmas e estar na política institucional ao mesmo tempo”, afirmam as [criadoras](#) da Iniciativa Brasilianas no [artigo](#) *Começando a virar a mesa: a pequena-grande transformação da formação política feminina*.

Flávia Batista, Tamara Crantschaninov e Thaisa Torres, acadêmicas e ativistas, acreditam que um espaço de formação, rede e assistência às mulheres que se dispõem a entrar na política tem imenso potencial de alavancar candidaturas femininas em 2020.

“Política é um ambiente desgastante. Para mulheres, que normalmente já são menos remuneradas no ambiente de trabalho, possuem jornadas de trabalho dupla ou tripla, com afazeres domésticos e familiares, a política se torna

ainda mais desigual e cansativa. Soma-se então a violência de gênero, praticada por homens que não aceitam que a política não é território exclusivo deles. Se a mulher é jovem, ou negra, ou lésbica, por exemplo, enfrentará ainda mais preconceito e violência no ambiente político”.

Frente à intensa demanda, as Brasileiras trabalham na gestão de mais ações. Gravam o curso - nove encontros semanais de maio a julho - e até agosto vão disponibilizar os melhores momentos online. Com um pequeno edital que acabam de vencer vão realizar o evento *Mulheres no Poder*, aberto e gratuito, em São Paulo, agora em julho. Aguardem.

“Queremos que estas sessenta mulheres se transformem em seiscentas, seis mil. E que todas elas tenham condições de empreender campanhas a cargos políticos em pé de igualdade com homens. Que se elejam e revolucionem a política da mesma forma como tem nos revolucionado todas as quintas-feiras”.

Emergência Política Mulheres

Pois é bem essa ideia que orienta o [projeto](#) Emergência Política Mulheres, que está entrevistando parlamentares do México, Colômbia, Brasil, Bolívia, Chile e Argentina, nessa ordem, além de estudiosas sobre mulher e política para retratar as transformações no poder criadas pelas mulheres ao ingressar na política.

“Nas últimas semanas estivemos na Colômbia, segunda parada da nossa pesquisa [#EmergênciaPolíticaMulheres](#). Entrevistamos 18 mulheres, entre senadoras, deputadas, vereadoras e candidatas - este é ano de eleições locais no país. São muitas histórias de vida e de política que se misturam, desde fazer parte da guerrilha armada, de ter o pai candidato à presidência assassinado, de ser chamada de *ge* ser assistente de doutor. Lindo é poder escutar como essas mulheres estão ocupando esses espaços na política e lutando para que cada uma de nós possa ter seus direitos garantidos, principalmente nossos direitos políticos”, [dizem](#), sorriso rasgado, Beatriz Pedreira, Rosa Tcmf, Jonaya de Castro e Isadora Brant, recém chegadas. “Estamos juntas. E estamos *listas!*”.

Começaram pela Cidade do México, onde aportaram justo no dia da

promulgação da lei da paridade. “Essa reforma, que foi aprovada [em 23 de maio] por unanimidade, contou com uma articulação integrada de todas as congressistas mexicanas, de diferentes partidos e campos políticos, mas unidas por uma mesma agenda: igualdade entre mulheres e homens no exercício do poder público. Esse é só o primeiro passo! E que inspire mulheres em toda a América Latina! “, [escreveram de lá](#). Seguem agora por Brasil, Chile, Bolívia e Argentina para realizar o total de 120 entrevistas em profundidade com mulheres em cargos eletivos e estudiosas da história. O projeto é coordenado pelo [Instituto Update](#).

O mapeamento desse campo político foi construído em parceria com instituições de cada país e no Brasil teve colaboração do [Gênero e Número](#) e do [Instituto Alziras](#).

Uma sinergia mostra o vigor dessas diversas ações e potencializa os esforços de cada uma delas. Por exemplo: o Alziras, cuja missão é contribuir para o aumento da representação feminina na política, compartilhou sua experiência com o Update e também com o curso da Brasileiras. Vão assim formando massa crítica para um novo imaginário político que emerge. Inclusivo. Coletivo. De bem comum.

Os resultados do estudo serão divulgados no final de 2019 num relatório da pesquisa, documentários e outros produtos audiovisuais em parceria com a GloboNews e Quebrando o Tabu, entre outras. Antes de focar nas mulheres como novo paradigma na política representativa o Instituto Update já investigou inovação política nas periferias e na América Latina.

Alziras

Visões do futuro e reavivamento do passado. Três anos antes da conquista do direito ao voto pelas mulheres brasileiras Alzira Soriano de Souza, 32 anos, viúva e mãe de quatro filhas, ousou lançar-se à vida pública e, apoiada pelo movimento sufragista liderado pela cientista Bertha Lutz, foi eleita a primeira prefeita do país no município de Lajes, no Rio Grande do Norte, com 60% dos votos válidos. Tomou posse em 1929 e, como na marchinha carnavalesca que Chiquinha Gonzaga compusera 30 anos antes, abriu alas para as mulheres que vieram a seguir.

“A luta de muitas gerações permitiu que as mulheres brasileiras conquistassem o direito de votar a partir da década de 1930”, sustentam Cintia Melchiori, Clara Carolina de Sá, Marina Barros e Michelle Ferreti, criadoras do [Instituto Alziras](#). Recordam a médica [Carlota Pereira de Queiroz](#), primeira mulher a se eleger deputada federal no Brasil em 1934; [Antonieta de Barros](#), primeira parlamentar negra do Brasil, eleita deputada estadual em Santa Catarina em 1935; a [participação das mulheres](#) na Constituinte de 1988; a presidente impedida Dilma Rousseff.

É nesses pontos de luz do passado que se [inspiraram](#) para ir a campo investigar quem são e como trabalham as prefeitas brasileiras. O retrato está no [estudo](#) *Perfil das Prefeitas no Brasil (2017-2020)*, realizada entre maio e julho de 2018 com orientação das pesquisadoras Flavia Biroli, da Universidade de Brasília, Wania Santana, da PUC-RJ e Wasmália Bivar, presidente do IBGE entre 2011 e 2016.

O estudo revelou que, embora somem 51% da população, mulheres governam somente 12% das 5.570 cidades brasileiras, num total de 7% das almas do país, e 91% foram eleitas em municípios com até 50 mil habitantes. Mulheres negras são 27% da população e governam apenas 3% das prefeituras. As prefeitas são geralmente ligadas às áreas de assistência social, educação e saúde, e 71% delas têm curso universitário. Enfrentam enormes desafios: 53% já sofreram assédio ou violência política; 48% enfrentaram falta de recursos para campanha; 30% encararam assédio e violência simbólica no espaço político; 24% tiveram pouco espaço na mídia, em comparação com políticos homens; 23% enfrentaram desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas; 22% sofreram por falta de apoio do partido e/ou base aliada; 22% arcaram com sobrecarga de trabalho doméstico, dificultando a participação na política.

“As mulheres que arriscam se lançar à carreira política encaram uma série de barreiras que vão desde uma divisão desigual de tarefas domésticas no âmbito privado, passando pela falta de apoio intrapartidário para acessar recursos de campanha, até dificuldades no exercício do mandato, onde se espera que tenham uma atuação circunscrita a temas ditos “femininos”, tendo que reafirmar sistematicamente o lugar de eleita e capaz”, [afirmam](#) as

criadoras do Alziras. “Na mídia, a exposição das mulheres na política resvala, muitas vezes, para o escrutínio de características físicas e comportamentais, dando destaque para penteados, vestidos e tantos estereótipos de gênero como o que assistimos durante o processo de impeachment da primeira mulher eleita para comandar a presidência do Brasil”.

“Não se trata de um problema das mulheres, trata-se de um problema da democracia”, como disse Flávia Biroli no lançamento do estudo no Rio de Janeiro. Simples assim.

Começando a virar a mesa: a pequena-grande transformação da formação política feminina, por Por Flávia Batista, Tamara Crantschaninov e Thaisa Torres

Quinta-feira a noite, já passam das 22 horas e uma das salas de auditório da Câmara Municipal de São Paulo está lotada de mulheres de São Paulo, região metropolitana e interior do Estado. O debate continua acalorado entre as cerca de sessenta participantes: questões de gênero, raça, classe social e tantas outras se mesclam com os conteúdos das falas das palestrantes. É preciso encerrar o debate, já que muitas delas enfrentarão ainda uma longa jornada no transporte público e levantam cedo, no dia seguinte, para mais um dia de trabalho. Todas deixam o espaço com a mente cheia de questionamentos, provocações e temas que serão digeridos até o próximo encontro semanal.

[\(Folha de S.Paulo, 06/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Quando iniciamos a proposta de um curso de política para mulheres que desejam se candidatar a prefeitas e vereadoras em 2020, não tínhamos dimensão do quão revolucionário seria estar na organização deste processo. Até então, não existia uma iniciativa semelhante na cidade de São Paulo.

Iniciativas multi ou supra partidárias ainda são recentes e raras, enquanto muitos dos desafios para as mulheres que desejam ser candidatas são comuns. Além disso, deixar para incluir mulheres na política apenas em ano eleitoral é uma prática recorrente, com partidos investindo muito pouco em seus quadros, especialmente novos quadros, no período pré-eleitoral. A existência de um espaço de formação, rede e assistência à mulheres que querem ser políticas configura-se então como um espaço estratégico, que acreditamos ter um imenso potencial de alavancar campanhas femininas em 2020.

O resultado eleitoral de 2018 nos levou, assim como a outras mulheres que estudam e trabalham com política, a perceber que, embora a participação feminina tenha crescido no Congresso Federal, este crescimento é lento e está longe de atingir patamares de igualdade de gênero. Elegemos apenas uma governadora em 26 estados. Os principais nomes que disputaram a presidência foram homens, assim como o governo do Estado de São Paulo. Embora a legislação eleitoral tenha destinado 30% do fundo partidário para mulheres, a composição das listas de candidatos, bem como a distribuição do recurso entre as mulheres candidatas, não seguem critérios claros.

Queríamos que a Iniciativa Brazilianas fosse um espaço de aproximação entre mulheres que já estão na política institucional com mulheres que estão começando, ou ainda querem iniciar uma trajetória. Mas também de formação teórica e formação prática, que forneça ferramentas para pensarem estratégias locais e estaduais, para trabalharem em suas próprias campanhas. Outra decisão foi realizar o curso com mulheres de diversos partidos, com um variado perfil. Metodologias de campanhas costumam ser extremamente normativas, no sentido de desenhar a existência de um perfil ideal de candidato ou candidata, e isto acaba por afastar mulheres. Elegemos ano passado mulheres de variados perfis e queremos justamente mostrar isso no curso, que existem diferentes trajetórias, formas de atuação, e que mulheres podem ser elas mesmas e estarem na política institucional ao

mesmo tempo.

Lançamos a proposta do curso de formação sem conseguir mensurar qual seria a recepção. Fomos surpreendidas ao recebermos mais de 700 inscrições, em um perfil bem amplo. São mulheres filiadas e não filiadas, de 15 a 68 anos, de 40 cidades do Estado de São Paulo, com experiência prévia ou não em política. Muitas que se declaram negras e/ou LGBT's. Mulheres que pertencem a 15 diferentes partidos. E com interesses bem distintos. A princípio, mapeamos cinco diferentes perfis entre as inscritas, mulheres que desejam obter uma formação no tema, sem objetivos específicos; mulheres que são advogadas, professoras, jornalistas, ou seja, profissões que propagam ideias e causas, e que querem, por causa da profissão que exercem, conhecer mais sobre mulheres e política; mulheres que são assessoras, trabalham diretamente com política, mas não pensam em ser candidatas; mulheres que pensam em ser candidatas e querem entender mais sobre o tema; e por fim, mulheres que já foram candidatas anteriormente. Um grande número de mulheres não querem ser candidatas, mas querem apoiar campanhas femininas no ano que vem.

Política é um ambiente desgastante. Para mulheres, que normalmente já são menos remuneradas no ambiente de trabalho, possuem jornadas de trabalho dupla ou tripla, com afazeres domésticos e familiares, a política se torna ainda mais desigual e cansativa. Soma-se então a violência de gênero, praticada por homens que não aceitam que a política não é território exclusivo deles. Se a mulher é jovem, ou negra, ou lésbica, ou ainda, é jovem, negra e lésbica, por exemplo, enfrentará ainda mais preconceito e violência no ambiente político. Socialmente, as mulheres sabem que ao atuarem na política terão suas vidas muito mais reguladas socialmente do que as dos homens. É comum políticas ainda serem cobradas pelo que vestem, pelo corte de cabelo, com quem são casadas, enquanto homens estão a salvo deste escrutínio pessoal. Por fim, campanhas femininas recebem menos recursos, aumentando o caminho a ser percorrido por candidatas até a eleição.

Todos os incentivos para campanhas femininas são baixos, quando não nulos. A recente anistia aos partidos que não aplicaram os recursos legais em campanhas femininas evidencia este cenário. Somos relegadas, a todo

momento, a um papel subsidiário na política. Muitas das participantes do curso de formação assessoram políticos há anos ou até décadas, mas nunca se colocaram no lugar de protagonismo político. Nossa proposta é inverter essa lógica e dar a mulher o espaço de representação política institucional. E por isso, acreditamos ser revolucionária a presença de sessenta mulheres em um auditório, pensando e construindo este processo, semana após semana.

Enquanto o debate nacional vai, muitas vezes, na contramão de incluir mais mulheres, com deputados e senadores homens querendo mudar nossa legislação eleitoral para acabar com cotas e financiamento de mulheres, o objetivo da Iniciativa Brazilianas é construir redes de apoio e acompanhamento das campanhas destas mulheres. No momento, o curso é organizado de forma completamente voluntária e sem financiamento, que se torna um desafio para oferecer de forma permanente as atividades. Já recebemos diversas solicitações para disponibilização de uma versão online do curso, bem como de sua realização em outros locais do país. Queremos que estas sessenta mulheres se transformem em seiscentas, seis mil. E que todas elas tenham condições de empreender campanhas a cargos políticos em pé de igualdade com homens. Que se elejam e revolucionem a política da mesma forma como tem nos revolucionado todas as quintas-feiras.

Flávia Batista, Tamara Crantschaninov e Thaisa Torres são gestoras de políticas públicas (EACH/USP) e organizadoras da Iniciativa Brazilianas.

O passo histórico do Congresso mexicano pela paridade de gênero para todos os postos

públicos, por Beatriz Pedreira e Jonaya de Castro

Ouvir as senadoras e deputadas do México foi o ponto de partida ideal para nosso projeto de ouvir mulheres eleitas em seis países da América Latina

[\(El País, 29/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O Congresso do México aprovou em 23 de maio uma reforma que modifica artigos da Constituição do país para instituir a obrigatoriedade de que 50% dos cargos públicos sejam ocupados por mulheres nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos órgãos federais, estaduais e municipais, além de órgãos autônomos. O México já tinha [paridade obrigatória](#) no Congresso. A emenda constitucional, que visa garantir igualdade entre mulheres e homens no exercício do poder público, também inclui o princípio da paridade de gênero para todos os cargos, eletivos e públicos —tanto concursados como comissionados.

Com a aprovação, a nova regra já é válida para os cargos federais. Agora, o texto foi encaminhado para votação nas assembleias estaduais para também valer para Estados e municípios.

Foi um dia histórico no país — e para todas as mulheres — e não poderíamos ter melhor ponto de partida para nossa nova pesquisa no Instituto Update, a [Emergência Política Mulheres](#). Como parte da nossa missão de fomentar a inovação política na América Latina, vamos viajar por seis países para conversar com mulheres em cargos eletivos (Legislativo e Executivo), de diferentes campos políticos, territórios e diversidade étnico e racial, para investigar quais são as práticas, as agendas, os desafios e as potências da liderança feminina. E compreender como as mulheres estão atualizando a democracia do século 21. Queremos dar luz a esse fazer político com o objetivo de criar novas referências, impulsionar mais mulheres a se candidatarem e estimular um novo imaginário de poder em que a política também deve ser exercida pelo viés feminino.

É por isso que estamos no México desde o dia 20 de maio. Nesses primeiros

dias de trabalho de campo, conversamos com algumas deputadas e senadoras mexicanas de diversos partidos e campos ideológicos, que desde o começo dessa legislação trabalham juntas e ao lado de homens pela paridade de gênero total. Não à toa Congresso apelidaram essa como a “Legislatura da paridade”.

Uma das nossas primeiras conversas foi com a senadora Kenia López Rabadán, do partido [conservador PAN](#). Ela é autora de um dos projetos de lei que resultou na reforma constitucional aprovada. Política tradicional, no sentido de carreira partidária, é uma das autoras da lei de paridade total aprovada em 2016 na Cidade do México, quando fazia parte da Assembleia Constituinte.

“Direito político das mulheres é minha causa. Dia 1º de setembro de 2018 iniciamos a Legislatura e cinco dias depois já apresentamos o projeto de lei pela paridade total nos mesmos moldes do que aprovamos em 2016”, conta Kenia. “Ao aprovar essa reforma constitucional, estamos dando um novo sentido para a política e ao exercício do poder”.

“A nós mulheres nunca foi dado direitos, fomos nós que lutamos por eles”, afirmou Wendy Briceño Zuloag, deputada federal pelo [esquerdista Morena](#) e presidente da Comissão de Igualdade de Gênero, ao final da votação no Congresso.

“O que estamos conquistando é histórico. Não é apenas uma lei. O México se tornará o único país no mundo onde a paridade está nos principais artigos da Constituição”, conclui Stefania Duarte, secretária técnica legislativa da Comissão de Igualdade de Gênero, que foi responsável pela argumentação do projeto aprovado.

A lei significa muito para todas mulheres latino-americanas, pois o México é o segundo maior país da região e agora se torna uma referência em igualdade de gênero. No entanto, o desafio pela real igualdade ainda é enorme. O México é também o país com maior taxa de feminicídio e desaparecimento de mulheres no mundo, por exemplo. [O passo institucional foi dado, agora a luta é cultural](#). Estamos prontas.

Beatriz Pedreira e Jonaya de Castro são do Instituto Update, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que fomenta a inovação política na América Latina com o objetivo de fortalecer a democracia. Saiba mais em: www.institutoupdate.org.br.

A contracultura política é feminina, por Antonia Pellegrino e Manoela Miklos

A formação de mulheres vai promover uma insurgência

[\(Folha de S.Paulo, 27/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

[Balbúrdia](#) é mais perfeita expressão do “governo” Bolsonaro, cujo método político é o conflito entre os poderes. Diante do caos, impressiona o fato da Lei nº 13.831, que anistia partidos políticos, já em vigor, ter feito Executivo, Legislativo e Judiciário darem as mãos.

A história da construção deste milagre é a seguinte: a Lei dos Partidos Políticos, de 1995, prevê que as legendas devem investir pelo menos 5% de recursos do dinheiro público do Fundo Partidário na promoção da participação feminina na política, que incluem gastos com eventos e propagandas que estimulem e igualem de gênero. O partido que não cumprir a regra está sujeito a multa. E quem fiscaliza e aplica a multa? A justiça eleitoral.

Mas entre 2013 e 2018, o TSE fez vista grossa e se tornou cúmplice dos partidos na prática da violência política de gênero. O papel deste tipo de violência é impedir as mulheres de se candidatarem, interferir no exercício de seus mandatos e, por fim, desestimular, desanimar, encurtar, abreviar a carreira política feminina. Ou seja, é uma violência exercida antes, no início,

durante e no fim de um mandato, para que o poder se conserve como sempre foi: masculino, branco, de meia idade —ou da idade média.

Tudo seguia na mais perfeita desordem, até que, em 2018, a professora Lígia Fabris, da FGV, através de uma provocação ao TSE e ao STF, conseguiu 30% dos recursos do fundo de campanha, então recém-criado, para candidaturas de mulheres. O resultado? Um crescimento de 50% na bancada feminina —e a explosão do [escândalo do laranjal do PSL](#), como revelado por esta Folha.

Na esteira destes acontecimentos, 2019 começa com o TSE disposto a prestar contas com o passado. E em fevereiro, o PSD foi obrigado a destinar R\$ 1 milhão em 2020 à atuação feminina, mais 2,5% do fundo partidário com a mesma finalidade. Em março, pelo mesmo motivo, o PDT foi obrigado a devolver R\$ 2 milhões ao erário. Em ambos os partidos, houve também suspensão a parcial de recebimento do fundo partidário. O pânico estava instalado.

A resposta veio através do projeto apresentado pelo líder do DEM, dep. Elmar Nascimento, caracterizado como “uma tentativa de conter a ingerência do TSE sobre os partidos”, segundo o deputado Paulinho da Força (Solidariedade). Àquela altura, já eram 70 milhões em multas a partidos de todos os espectros políticos.

Pela pesquisa do [Instituto Patrícia Galvão e Ibope, 74% dos brasileiros acredita que só há democracia de fato com a presença de mais mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão](#). Oito em cada dez brasileiras creem que metade das cadeiras legislativas deveria ser destinada às mulheres. E ainda, segundo o DataSenado, 79% dos brasileiros já votaram em mulher. Então, como explicar a baixa representatividade feminina? A falta de apoio dos partidos é o principal motivo, segundo a percepção popular captada no DataSenado. E a história da lei de anistia aos partidos confirma que o povo está certo.

Com a lei sancionada por Bolsonaro, os partidos ficam livres dessa multa caso tenham financiado candidaturas femininas nas eleições de 2018. Cabe às mulheres fazer uma limonada destes limões. A sinalização do TSE é clara: acabou a vista grossa, chegou a hora dos partidos cumprirem a lei e

gastarem dinheiro na formação de quadros femininos. Os anos de 2019 e 2020 são estratégicos para o surgimento de novas lideranças, capazes de promover a insurgência de uma contracultura política. O que se espera dos dirigentes partidários é que cumpram a lei e parem de perpetrar violência política de gênero.

Antonia é escritora e roteirista. Manoela é assistente especial do Programa para a América Latina da Open Society Foundations. Feministas, editam o blog #AgoraÉQueSãoElas.

Bolsonaro sanciona projeto que anistia partidos que não investiram mínimo exigido em candidaturas femininas

Texto também beneficia diretórios municipais que não prestaram contas de acordo com a legislação

[\(O Globo, 17/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta sexta-feira um projeto que isenta partidos de punições por determinadas infrações da legislação eleitoral, como não investir o mínimo exigido de recursos na promoção de participação da mulher na política. Também são beneficiados diretórios municipais que não prestaram contas de acordo com a legislação.

O texto estabelece que diretórios municipais de partidos que não tenham movimentado recursos ou arrecadado dinheiro não precisam prestar contas à Justiça Eleitoral, e isenta siglas que foram consideradas inativas por esse motivo de pagarem uma taxa para Receita Federal reativar seu CNPJ. A

estimativa do impacto dessa medida varia entre R\$ 20 milhões e R\$ 70 milhões.

Leia mais: [Em nota, comissões classificam como retrocesso a anistia a partidos políticos que não se comprometem com participação feminina \(OAB, 19/05/2019\)](#)

A proposta também determina que as legendas não podem ter suas contas rejeitadas por não terem investido o mínimo exigido na promoção de participação feminina. Eventual punição só poderá acontecer a partir deste ano. O projeto dá um prazo até 2020 para os que tiverem esses recursos ainda em caixa possam empregá-los com esse fim.

O projeto garante a autonomia dos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos de integrantes de diretórios. Além disso, estabelece que o mandato das comissões provisórias pode ter até oito anos. Além disso, o texto determina que as responsabilidades civil e criminal por eventuais irregularidades são do dirigente partidário à época dos fatos, e que o partido não pode ser impedido de receber recursos do fundo partidário por isso.

Bolsonaro vetou apenas um artigo, que anistiava as cobranças que tenham sido determinadas por doações ou contribuições eleitorais realizadas por servidores públicos que exerçam função ou cargo de livre nomeação, desde que eles sejam filiados a partidos.

Daniel Gullino

Advogada Cristiane Britto vai substituir Tia Eron na Secretaria

da Mulher

Especialista em direito eleitoral é filiada ao PRB e comandará área que tem um dos maiores orçamentos da pasta

[\(O Globo, 09/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A ministra da Mulher, Damares Alves, anunciou nesta quinta-feira a nova secretária da Mulher, que vai substituir a ex-deputada [Tia Eron](#), exonerada do cargo no último sábado. Quem assume o posto é a advogada Cristiane Britto, filiada ao PRB, especialista em direito eleitoral.

Informo que encaminhei para nomeação ao cargo de Secretária Nacional de Políticas para Mulheres o nome da advogada Cristiane Brito (PRB), do Observatório Eleitoral Pesquisa de Liderança Feminina na Política.

— *Damares Alves (@DamaresAlves)* [9 de maio de 2019](#)

A Secretaria da Mulher está entre os maiores orçamentos da pasta, com R\$ 26,6 milhões para elaborar políticas públicas de proteção à mulher. Estão no escopo da área responde projetos como o disque denúncia 180, que atende mulheres vítimas de violência, e campanhas de prevenção à violência sexual e doméstica contra a mulher.

Bem como sua antecessora, que ficou dois meses e dois dias no posto, a nova secretária da Mulher é formada em Direito e filiada ao PRB. Cristiane Britto também é membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo o portal da OAB, ela está entre os fundadores da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep) e é membro da Instituição Brasileira de Direito Público.

A advogada também integra o Observatório Eleitoral Pesquisa de Liderança Feminina na Política, do IDP.

Audrey Furlaneto

‘A ênfase nos atributos pessoais de líderes mulheres serve apenas para enfraquecê-las’, diz especialista do King’s College

Rosie Campbell, diretora do Instituto Global de Liderança Feminina, afirma que são os membros dos partidos locais, e não os eleitores, são menos propensos a escolher mulheres

[\(O Globo, 03/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

No dia 3 de maio de 1979, Margaret Thatcher era eleita para governar o Reino Unido — uma liderança conservadora e controversa que se estendeu por 11 anos e mudou o país. [Thatcher foi a primeira mulher a governar uma grande potência ocidental](#), mas não abriu espaço para a ascensão feminina na política britânica, que demorou quase 40 anos para eleger outra mulher, Theresa May. O que mudou desde então?

A diretora do Instituto Global de Liderança Feminina do King’s College, Rosie Campbell, refletiu sobre os avanços e os persistentes obstáculos do tempo que separa Thatcher de May.

Quarenta anos após a eleição de Margaret Thatcher, mulheres no poder continuam sendo minoria. Quais são os principais obstáculos que as mulheres enfrentam para alcançar posições de liderança na política num país como o Reino Unido?

As mulheres ainda representam menos de um terço dos deputados na Câmara dos Comuns, mas há uma diferença notável entre os dois principais partidos britânicos: 47% dos parlamentares trabalhistas são mulheres, contra

apenas 20% dos conservadores. Isso não aconteceu por acaso. Os trabalhistas introduziram listas e cotas para garantir a representação feminina no partido. Pesquisas mostram que o problema não é que os eleitores não queiram parlamentares do sexo feminino, é que os membros locais dos partidos, ou seja, os que decidem a indicação dos candidatos, são menos propensos a escolher mulheres. Eles têm uma ideia preconcebida de quem é o “candidato ideal”. Geralmente é alguém branco, do sexo masculino, de classe média e sem deficiências físicas. Lideranças locais atuam contra medidas pela igualdade.

Além disso, há também um ponto subestimado: entrar para o Parlamento exige dinheiro, tempo, flexibilidade e redes partidárias, coisas que normalmente são muito mais difíceis para as mulheres, especialmente se tiverem filhos. Candidatas mulheres também são muito mais propensas a sofrer abuso ou assédio, o que, sem dúvida, impede que algumas delas concorram.

Thatcher não colocou os direitos das mulheres no topo de sua agenda. Quem são as mulheres que estão ajudando a mudar a imagem da liderança política feminina no mundo?

Margaret Thatcher mostrou um pouco mais de interesse pelos direitos das mulheres depois que deixou o cargo e apoiou iniciativas dentro do Partido Conservador quando já não era a líder. Há muitos exemplos atuais de mulheres na política em todo o mundo que estão inspirando novas gerações. A congressista Alexandria Ocasio-Cortez é alguém que claramente inspira jovens mulheres, e também homens, nos Estados Unidos. É um sinal de progresso o fato de que há tantas mulheres que podem ser indicadas como candidatas democratas à presidência: Elizabeth Warren, Kamala Harris, Kirsten Gillibrand e outras.

A presidente do Instituto Global para Liderança Feminina, a ex-primeira-ministra australiana Julia Gillard, também serviu de inspiração para muitas jovens. Há pesquisas interessantes mostrando que o conhecimento sobre política entre mulheres australianas aumentou significativamente enquanto ela estava no cargo, porque mais mulheres estavam prestando atenção às

notícias e ao que ela dizia. Os pesquisadores sugerem que isso mostra como ter mais modelos políticos femininos poderia realmente ajudar a melhorar o conhecimento político das mulheres.

Quarenta anos separam Margaret Thatcher de Theresa May. É possível compará-las?

Há algumas semelhanças. Obviamente, ambas tiveram o seu tempo no cargo definido por disputas sobre a relação entre o Reino Unido e a Europa. Mas também há diferenças importantes: Thatcher era uma outsider que tomou o partido de assalto, enquanto May conseguiu o cargo máximo porque todos os outros candidatos a líder do Partido Conservador se autodestruíram. De certa forma, May também incorpora o chamado fenômeno do “penhasco de vidro”, no qual mulheres são alçadas a papéis de liderança em tempos de crise com uma grande chance de fracasso, como no caso das negociações do Brexit.

Uma outra semelhança entre as duas está no tratamento da mídia, principalmente no que diz respeito ao gênero. Na verdade, pesquisas sugerem que a cobertura da mídia no Reino Unido ficou mais centrada no gênero depois de Thatcher. E esse tipo de ênfase nos atributos pessoais de líderes mulheres, em vez do foco em suas políticas ou profissionalismo, serve apenas para enfraquecê-las.

Claudia Sarmiento